



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo B , Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a prova discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever toda a prova discursiva no caderno apropriado. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e seu caderno de Respostas da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2006

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Exclusão social

A humanidade tem dominado a natureza a fim de tornar a vida cada vez mais longa e mais cômoda. Essas vantagens se expandiram para um número crescente de seres humanos. Graças à combinação dessas duas tendências, os homens imaginaram que seria possível construir uma utopia em que todos teriam acesso a tudo: todos, pelas mudanças sociais; a tudo, por causa dos avanços técnicos. No século XX, numa demonstração de arrogância, muitos chegaram a marcar o ano 2000 como a data da inauguração dessa utopia.

Neste início de século, vemos que a técnica superou as expectativas. Os seres humanos dispõem de uma variedade de bens e serviços inimagináveis até há bem pouco tempo, que aumentaram substancialmente a esperança de vida, ampliaram o tempo livre a ser usufruído e ainda oferecem a possibilidade de realizar sonhos de consumo. Mas a história social não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo, e uma parcela considerável da humanidade ficou excluída dos benefícios. Ainda mais grave: o avanço técnico correu a uma velocidade tão grande que passou a aumentar a desigualdade e a ameaçar a estabilidade ecológica do planeta. A exclusão deixou de ser vista como uma etapa a ser superada: é um estado ao qual bilhões de seres humanos – os excluídos da modernidade – estão condenados.

Na modernidade técnica, o processo social, tanto entre os capitalistas mais liberais quanto entre os socialistas mais ortodoxos, é analisado do ponto de vista econômico, ignorando-se ou relegando-se a um segundo plano os aspectos sociais e os éticos. Já no século XIX, na luta pela abolição da escravidão, Joaquim Nabuco procurava encarar o processo social sob três óticas: a moral, a social e a econômica. Mais de um século passado, é urgente retomar essa visão triangular, se se deseja superar a barbárie da exclusão.

(Cristovam Buarque. **Admirável mundo atual**. S. Paulo: Geração Editorial, 2001, pp. 188 e 328)

1. Neste início de século, vemos que a técnica superou as expectativas.

A afirmação acima, que abre o segundo parágrafo do texto,

- (A) desmente a afirmação anterior de que estariam ocorrendo avanços técnicos significativos ao longo do século XX.
- (B) expande a afirmação anterior de que muitas vantagens tecnológicas estariam atingindo um número crescente de seres humanos.
- (C) confirma a afirmação anterior de que os homens estão sendo capazes de construir uma utopia acessível a todos.
- (D) desmente a afirmação anterior de que a humanidade vem dominando mais e mais as forças da natureza.
- (E) expande a afirmação anterior de que as mudanças sociais estariam beneficiando um número crescente de seres humanos.

- 2. No primeiro parágrafo, a **utopia** de que trata o autor teria como característica essencial
 - (A) o acesso de muitos homens aos benefícios práticos da tecnologia.
 - (B) uma melhor expectativa de vida, independente do estágio da ciência.
 - (C) o desfrute plenamente socializado das conquistas tecnológicas.
 - (D) a proposição de uma nova era tecnológica a partir do ano de 2000.
 - (E) a confiança presunçosa no domínio absoluto do homem sobre a natureza.

- 3. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Na expressão *todos teriam acesso a tudo*, o autor dá ênfase ao que há de **absoluto** nas pretensões dos criadores da referida utopia.
 - II. Com a frase *a história social não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo*, o autor denuncia o processo de **exclusão**.
 - III. Com a frase *a exclusão deixou de ser vista como uma etapa a ser superada*, o autor deixa claro que houve, enfim, uma ampla **inclusão** social.

Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma SOMENTE em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

- 4. Ao se referir ao escritor Joaquim Nabuco, no terceiro parágrafo, o autor do texto deseja demonstrar que
 - (A) é antiga a luta para que a inclusão social dos oprimidos se dê do modo mais abrangente possível.
 - (B) vem de longe a idéia de que o progresso tecnológico encaminha a solução das questões sociais.
 - (C) aquele escritor, já no século XIX, propunha-se a enfrentar a barbárie do desequilíbrio ecológico do planeta.
 - (D) são antigas as lutas pela abolição do trabalho forçado, caracterizadas pela plena confiança nas vantagens da tecnologia.
 - (E) vem de longe a idéia de que a exclusão social só ocorre quando o avanço tecnológico é pouco relevante.

- 5. A humanidade tem dominado a natureza a fim de tornar a vida cada vez mais longa e mais cômoda. Na frase acima,
 - I. a transposição para outra voz verbal implicará em substituir-se *tem dominado* por *tem sido dominada*.
 - II. a substituição de *A humanidade* por *Os homens* implicará, obrigatoriamente, alteração na voz verbal.
 - III. a expressão *a fim de tornar a vida* tem sentido equivalente ao de *a fim de que a vida se torne*.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.

<p>6. Estão plenamente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Segundo o autor, têm ocorrido a combinação de duas vantagens, que se dão quando a longevidade e o conforto humanos se expandem.</p> <p>(B) A velocidade dos avanços tecnológicos que todos temos testemunhado trazem consigo não apenas vantagens, mas a aceleração da exclusão social.</p> <p>(C) Superaram-se, sim, no campo da técnica, todas as expectativas, mas também se registre que as desigualdades sociais se agravaram.</p> <p>(D) Tanto aos capitalistas mais liberais quanto aos socialistas mais ortodoxos parecem de pouca importância o que não diz respeito ao campo estrito da economia.</p> <p>(E) Já se constituem de bilhões de pessoas a parcela da humanidade a que não atendem os benefícios dos avanços tecnológicos.</p>	<p>9. Está correto o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) O autor do texto, <u>de cuja</u> convicção é que estamos longe do desenvolvimento social, desconfia dos avanços tecnológicos <u>com os quais</u> muita gente demonstra plena admiração.</p> <p>(B) A modernidade técnica, <u>na qual</u> o autor faz suas restrições, não trouxe consigo o desenvolvimento social <u>pelo qual</u> tantos aspiram.</p> <p>(C) Muita gente acredita <u>de que</u> a tecnologia serve a todos, quando o que os fatos têm demonstrado é <u>de que</u> ela acaba servindo aos mesmos privilegiados de sempre.</p> <p>(D) O escritor <u>a cujo</u> nome se faz referência no texto foi um dos expoentes do movimento abolicionista brasileiro, <u>ao qual</u> aderiram muitos outros homens ilustres do século XIX.</p> <p>(E) É tal a velocidade <u>em cuja</u> vêm ocorrendo os avanços tecnológicos que os homens nem têm tempo para pensar nos excluídos, naqueles <u>para quem</u> essa velocidade não beneficia.</p>
<p>7. Está correta a articulação entre os tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) No século XIX, a luta de muitos abolicionistas incluía, entre as metas que perseguiam, a de que viessem a integrar-se os planos da ética, da economia e do progresso social.</p> <p>(B) Percebeu-se, já na luta dos abolicionistas do século XIX, que eles incluísem entre suas metas a integração que deverá haver entre os planos da ética, da economia e do progresso social.</p> <p>(C) Era de se espantar que muitos abolicionistas do século XIX, que têm incluído entre suas metas um progresso em vários níveis, já consideravam o desenvolvimento sob uma ótica mais complexa do que a nossa.</p> <p>(D) Essa <i>visão triangular</i>, que o autor nos recomenda que retomássemos, consiste em que eram atendidas, simultaneamente, as questões sociais, morais e econômicas.</p> <p>(E) Joaquim Nabuco tinha a convicção de que a almejada <i>visão triangular</i> permitisse que tivessem sido plenamente atendidas todas as necessidades humanas.</p>	<p>10. Há falta ou ocorrência indevida do sinal de crase no período:</p> <p>(A) Não se estenderam os benefícios da tecnologia àqueles que sempre viveram à margem do progresso.</p> <p>(B) Ao pensamento do autor opõem-se àqueles que preferem a exclusividade à universalização dos benefícios trazidos pela tecnologia.</p> <p>(C) É sobretudo à luz da ética e da política que se revela claramente a exclusão que tem sido imposta à grande maioria da população do planeta.</p> <p>(D) Não se devem levar àqueles que estão excluídos informações falsas, como a de que os avanços tecnológicos servem a todas as pessoas.</p> <p>(E) Quando se atribui a não importa quem seja algum direito exclusivo, a essa exclusividade corresponderão muitas exclusões.</p>
<p>8. São evidentes os avanços tecnológicos, ninguém <u>duvida dos avanços tecnológicos</u>, mas <u>não se deve atribuir aos avanços tecnológicos</u> a propriedade de já representarem aquele pleno desenvolvimento social que <u>não cabe aos avanços tecnológicos</u> produzir.</p> <p>Evitam-se as abusivas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) <u>duvida deles / não se os deve atribuir-se / não lhes cabe</u></p> <p>(B) <u>deles duvida / não se lhes deve atribuir / não lhes cabe</u></p> <p>(C) <u>os duvida / não se deve atribuí-los / não lhes cabe</u></p> <p>(D) <u>duvida deles / não se deve atribuí-los / não os cabe</u></p> <p>(E) <u>deles duvida / não se deve atribuir-lhes / não os cabe</u></p>	<p>11. <i>Mas a história social não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo, e uma parcela considerável da humanidade ficou excluída dos benefícios.</i></p> <p>Uma outra redação da frase acima, que mantenha a correção da forma e a coerência do sentido, pode ser:</p> <p>(A) Uma parcela considerável da humanidade ficou excluída dos benefícios, tanto assim que a parte que lhe cabia no acordo deixou de ser cumprido pela história social.</p> <p>(B) Conquanto não tenha sido cumprida pela história social o que lhe cabia como parte do acordo, excluiu-se os benefícios de uma parcela considerável da humanidade.</p> <p>(C) Ficou excluída dos benefícios uma parcela considerável da humanidade, uma vez que a história social deixou de cumprir a parte que lhe cabia no acordo.</p> <p>(D) Dado que a história social, que não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo, eis que se achou excluída dos benefícios uma parcela considerável da humanidade.</p> <p>(E) Tendo em vista que não cumpriu sua parte no acordo, a história social excluiu do que lhe cabia os benefícios de uma parcela considerável da humanidade.</p>

12. A exclusão é um estado ao qual bilhões de seres estão condenados.

Mantém-se a expressão sublinhada na frase acima caso se substitua

- (A) um estado por um sem-número de circunstâncias desfavoráveis.
- (B) um estado por uma conjunção de fatores.
- (C) estão condenados por se encontram imersos.
- (D) estão condenados por não devem conformar-se.
- (E) estão condenados por se vêem destinados.

13. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte comentário sobre o texto:

- (A) O tema da exclusão, que está no centro desse texto, representa-se em muitas outras páginas do autor, que, entre outros cargos, ocupou o de reitor da UNB.
- (B) A exclusão é sem dúvida, um tema da modernidade, quando as ilusões da globalização fazem crer que estejamos todos, incluídos no desenvolvimento internacional.
- (C) Entre as ilusões da modernidade, estão os sonhos de consumo, acalentados por muitos, principalmente, por aqueles que pouco acesso têm, ao mercado globalizado.
- (D) Quem é que não sonha com mais tempo livre, no entanto, esse é um privilégio reservado aos que desfrutam de fato, dos benefícios do progresso tecnológico.
- (E) Ter muito tempo livre para os mais pobres, pode significar ter pouco trabalho; menos condições de ganhar seu sustento, ou que dirá de sonhar com o consumo...

14. A expressão *relegando-se a um segundo plano*, utilizada no terceiro parágrafo, preencherá adequadamente a lacuna da frase:

- (A) Passei a me dedicar ainda mais a ela e, meus sonhos mais altos, desisti definitivamente de ir trabalhar no exterior.
- (B) O diretor da empresa surpreendeu seu assessor , fingindo passar-se por ele, o atrevido.
- (C) Ele percebeu que as metas traçadas eram ambiciosas demais, e imaginou outras, aquelas que de fato não poderia cumprir.
- (D) , muitas mulheres, como as da antiga Atenas, vivem por seus maridos e filhos.
- (E) Há muita gente que, seu pudor, não hesita em proclamar bem alto suas supostas virtudes.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Desde que (**passar**) a haver ganhos com o progresso tecnológico, cresceram nossos sonhos de consumo.
- (B) Quem, entre os bilhões de excluídos, (**poder**) deixar de sonhar com as miragens do capitalismo?
- (C) Não sabemos exatamente a quais poderosos (**caber**) culpar por esse perverso processo de exclusão social.
- (D) De nada (**adiantar**), para os excluídos, sonhar com as vantagens de um progresso que não foi planejado para eles.
- (E) É preciso que se (**estender**) a quem esteja excluído oportunidades reais de afirmação social.

16. O número decimal 13 convertido ao sistema básico binário será igual a

- (A) 1101.
- (B) 0101.
- (C) 1011.
- (D) 1010.
- (E) 1001.

17. Na linguagem da informática, um soquete de conexão para um periférico na placa-mãe de um computador é genericamente conhecido por

- (A) SDRAM.
- (B) SLOT.
- (C) EPROM.
- (D) STICK.
- (E) BIOS.

18. Para instruir o Windows XP a receber atualizações importantes é necessário acionar o ícone “Atualizações automáticas”, original e diretamente localizado no

- (A) menu Arquivo do Windows Explorer.
- (B) menu Configurar.
- (C) Painel de controle.
- (D) menu Ferramentas do Internet Explorer.
- (E) menu Configurações do Painel de controle.

19. A inversão de letras maiúsculas e minúsculas em um texto selecionado pode ser acionada automaticamente no Word, na sua configuração original e padrão, por intermédio do acesso, em primeira instância, ao menu

- (A) Configurar página.
- (B) Editar.
- (C) Ferramentas.
- (D) Exibir.
- (E) Formatar.

20. É uma opção direta e originalmente disponível em Opções da Internet no menu Ferramentas do Internet Explorer:

- (A) Código fonte.
- (B) Localizar.
- (C) Tela inteira.
- (D) Limpar histórico.
- (E) Configurar página.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Tendo em vista a aplicabilidade das normas constitucionais, considere o que segue:

- I. *É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.*
- II. *São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

Tais preceitos são considerados, respectivamente, de normas constitucionais de

- (A) eficácia redutível ou restringível; e de princípio programático.
- (B) eficácia limitada; e de princípio programático.
- (C) princípio institutivo; e de eficácia plena.
- (D) eficácia redutível ou restringível; e de eficácia absoluta.
- (E) princípio contido; e de princípio institutivo.

22. Em matéria de direitos políticos, é correto afirmar:

- (A) O militar alistável é elegível se contar mais de cinco e menos dez anos de serviço, não precisando afastar-se da atividade.
- (B) O domicílio eleitoral na circunscrição não é uma das condições de elegibilidade, mas sim o alistamento eleitoral.
- (C) Ação de impugnação de mandato eletivo tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária.
- (D) A lei que altera o processo eleitoral também se aplica à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência.
- (E) É facultada a cassação de direitos políticos no caso de comprovada incapacidade civil absoluta ou relativa.

23. A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a ser processada e julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, titular dessa competência, poderá ser proposta também pelo

- (A) Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e pelas Mesas dos Poderes Legislativos, inclusive nas ações diretas de constitucionalidade ou atos normativos de qualquer natureza.
- (B) Presidente de federação sindical ou Presidente de Partido Político, mas não em sede de ação direta de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (C) Prefeito Municipal ou Mesa de Câmara Municipal, o mesmo ocorrendo no que se refere às ações diretas de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.
- (D) Conselho Nacional de Justiça e Ministério Público, mas não em sede de ação direta de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.
- (E) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o mesmo ocorrendo em relação às ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

24. NÃO é considerada função constitucional do Ministério Público, dentre outras,

- (A) exercer o controle da atividade policial, na forma da lei complementar da União e dos Estados.
- (B) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas e intervir em todos os atos do processo.
- (C) diligenciar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal.
- (D) a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo, por ser compatível com sua finalidade.
- (E) promover a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, quando for o caso.

25. Em matéria de direitos e deveres individuais e coletivos, considere:

- I. *A lei regulará a individualização da pena, podendo adotar para efeito de punição do indivíduo, dentre outras, a pena de morte, no caso de guerra declarada.*
- II. *Por ordem judicial só é permitido o ingresso na casa, sem consentimento do morador, não importando o título sob o qual o indivíduo habite a "casa", apenas durante o dia, mas no caso de flagrante delito, a permissão para o ingresso é a qualquer hora.*
- III. *O indivíduo que alegar imperativo de consciência para eximir-se de obrigação legal, a exemplo do serviço militar obrigatório, e também se recusar a cumprir prestação alternativa, não poderá, em razão disso, perder seus direitos políticos.*
- IV. *A devolução do estrangeiro ao exterior, por meio de medida compulsória adotada pelo Brasil, quando esse estrangeiro entrar ou permanecer irregularmente em nosso território, também caracteriza a extradição.*

Nesses casos, é correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

DIREITO ELEITORAL

26. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais

- (A) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- (B) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios municipais de partidos políticos.
- (C) dividir a Zona em Seções Eleitorais.
- (D) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- (E) nomear os membros das Mesas Receptoras.

<p>27. Ocorrendo quaisquer das causas de cancelamento, a exclusão do eleitor</p> <p>(A) dependerá de representação do Ministério Público.</p> <p>(B) dependerá de requerimento de delegado de qualquer partido.</p> <p>(C) dependerá de representação de qualquer outro eleitor.</p> <p>(D) poderá ser promovida <i>ex officio</i> pelo juiz eleitoral competente.</p> <p>(E) compete ao Tribunal Regional Eleitoral da circunscrição em que residir.</p>	<p>31. A competência para processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro de candidatos a membros do Congresso Nacional é</p> <p>(A) das Juntas Eleitorais.</p> <p>(B) do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(C) do Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) do Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.</p> <p>(E) do Procurador-Regional Eleitoral.</p>
<p>28. As coligações</p> <p>(A) usarão, na propaganda para as eleições proporcionais, obrigatoriamente, as legendas de todos os partidos que a integram.</p> <p>(B) não poderão nomear delegados perante o Juiz Eleitoral, nem perante o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(C) devem funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses intrapartidários.</p> <p>(D) terão denominação própria que não poderá consistir na junção de todas as siglas dos partidos que a integram.</p> <p>(E) usarão, na propaganda para eleição majoritária, apenas a sua denominação, vedada a indicação das legendas dos partidos que a integram.</p>	<p>32. Tício é brasileiro naturalizado, alfabetizado e tem 40 anos de idade. Paulus é brasileiro nato, tem 18 anos de idade, mas é analfabeto. Petrus é brasileiro nato, alfabetizado e tem 72 anos de idade. O alistamento eleitoral e o voto são</p> <p>(A) obrigatórios para Tício e facultativos para Paulus e Petrus.</p> <p>(B) facultativos para Tício e Paulus e obrigatórios para Petrus.</p> <p>(C) facultativos para Tício e Petrus e obrigatórios para Paulus.</p> <p>(D) obrigatórios para Tício, Paulus e Petrus.</p> <p>(E) facultativos para Tício, Paulus e Petrus.</p>
<p>29. A respeito do Sistema Eletrônico de Votação, é correto afirmar que</p> <p>(A) serão considerados nulos, na votação para as eleições proporcionais, os votos em que não seja possível a identificação do candidato, ainda que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.</p> <p>(B) a urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, a identificação da urna em que foi registrado e o eleitor que o lançou.</p> <p>(C) a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica serão definidas pelos partidos políticos ou coligações, após reunião prévia com o Juiz Eleitoral.</p> <p>(D) o voto de legenda assinalado pelo eleitor com o número do partido, no momento de votar para determinado cargo, será computado para todos os demais cargos.</p> <p>(E) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.</p>	<p>33. Considere as assertivas a respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral:</p> <p>I. Integram o Tribunal Superior Eleitoral três juízes, escolhidos mediante eleição e pelo voto secreto, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>II. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>III. Integram os Tribunais Regionais Eleitorais três juízes, dentre juízes de direito, nomeados pelo Governador do Estado.</p> <p>IV. O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Desembargadores que o integram.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>30. Quem se filia a outro partido deve fazer comunicação ao partido e ao juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação; se não o fizer no dia imediato ao da nova filiação, fica configurada dupla filiação e</p> <p>(A) será considerada nula apenas a segunda filiação.</p> <p>(B) ambas serão consideradas nulas para todos os efeitos.</p> <p>(C) será considerada nula apenas a primeira filiação.</p> <p>(D) ambas serão consideradas válidas, até um ano antes das eleições.</p> <p>(E) o eleitor deverá optar por uma delas no prazo de 60 dias.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>34. Com o objetivo de punir determinado servidor público, o superior hierárquico, ao invés de instaurar regular processo disciplinar, já que possuía competência para tanto, valeu-se do instituto legal da remoção <i>ex officio</i> que, contudo, somente poderia ser utilizado para atender a necessidade do serviço público. Em virtude deste fato, a remoção, que culminou com a transferência do servidor para outra unidade da federação, será nula em virtude da inobservância do requisito do ato administrativo denominado</p> <p>(A) objeto.</p> <p>(B) forma.</p> <p>(C) imperatividade.</p> <p>(D) auto-executoriedade.</p> <p>(E) finalidade.</p>

35. No que tange à licitação, é correto afirmar:
- (A) Para a compra e alienação de bens imóveis, a Administração Pública pode se valer do tipo de licitação denominado pregão.
 - (B) A concorrência é a modalidade de licitação obrigatória nas concessões de direito real de uso.
 - (C) Havendo interesse público, a autoridade competente pode substituir a tomada de preços pelo convite.
 - (D) O concurso destina-se à escolha de trabalho técnico, científico, artístico ou contratação de serviço ou fornecimento de bens.
 - (E) O leilão é o tipo de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens sem utilidade para a Administração.

36. Com relação à lei de improbidade administrativa, é INCORRETO afirmar:
- (A) É irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas competente para a caracterização do ato de improbidade administrativa.
 - (B) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
 - (C) As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) não são obrigatoriamente cumulativas.
 - (D) É pressuposto necessário, para a tipificação dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, a obtenção de vantagem patrimonial pelo agente.
 - (E) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

37. No que tange aos agentes públicos, analise:
- I. Os concessionários de serviços públicos integram a categoria dos agentes delegados, que exercem função pública, em seu próprio nome, porém sob fiscalização do Poder Público.
 - II. Agentes honoríficos são cidadãos convocados para prestar, transitoriamente, determinados serviços ao Estado, sem vínculo empregatício ou estatutário.
 - III. Os empregados públicos se submetem ao regime estatutário, uma vez que ocupam empregos públicos.
 - IV. Por ocuparem transitoriamente cargos públicos, os servidores temporários se sujeitam ao regime da legislação trabalhista.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.

38. Com relação aos poderes administrativos, é INCORRETO afirmar que o poder
- (A) disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
 - (B) regulamentar é inerente ao chefe do Executivo para, mediante decreto, expedir atos normativos compatíveis com a lei e visando desenvolvê-la.
 - (C) discricionário vincula o administrador público à competência, forma e objeto do ato, deixando livre a opção quanto ao juízo de mérito.
 - (D) hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito da Administração Pública.
 - (E) Legislativo, no exercício do poder de polícia que compete ao Estado, cria, por lei, as chamadas limitações administrativas ao exercício das liberdades públicas.

39. Na organização do Estado e da Administração, os órgãos públicos
- (A) simples reúnem em sua estrutura outros órgãos menores, com função principal idêntica ou com funções auxiliares diversificadas.
 - (B) expressam a vontade da entidade a que pertencem, contudo não a vinculam por seus atos, que são imputados exclusivamente a seus agentes.
 - (C) não possuem capacidade processual, contudo representam juridicamente a pessoa jurídica que integram.
 - (D) são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.
 - (E) são dotados de personalidade jurídica própria, já que integram a estrutura da administração pública direta.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

40. O relatório de gestão fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) conterà, dentre outros registros demonstrativos, a indicação, no último
- (A) quadrimestre, do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.
 - (B) trimestre, do montante da inscrição em Restos a Pagar, das dívidas liquidadas, concessão de garantias e operações de crédito, inclusive por antecipação de despesa.
 - (C) quadrimestre, do montante da despesa com o pessoal, total e sem distinção com inativos e pensionistas e dívidas não consolidadas e imobiliárias.
 - (D) trimestre, do montante em operações de crédito, salvo por antecipação de receita ou despesa.
 - (E) quadrimestre, do montante das operações de crédito inscritas por falta de disponibilidade em caixa e cujos empenhos não foram cancelados.

41. A repartição entre os limites globais com despesas de pessoal NÃO poderá, na esfera federal, exceder ao percentual de
- (A) 0,4%, para o Tribunal de Contas da União.
 - (B) 0,6%, para o Ministério Público da União.
 - (C) 2,9%, para o Legislativo.
 - (D) 4,5%, para o Judiciário.
 - (E) 30,9%, para o Executivo.

42. Quanto ao orçamento público, dispõe a Constituição Federal que
- (A) compete ao Senado Federal apreciar os projetos de lei relativos ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias e à Câmara Federal a apreciação dos projetos relativos ao orçamento anual e aos créditos adicionais.
 - (B) o Poder Executivo publicará, até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada trimestre, relatório detalhado da execução orçamentária.
 - (C) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com as diretrizes orçamentárias e apreciados pelo Senado Federal.
 - (D) nenhum investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
 - (E) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro subsequente ao da autorização, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos três meses daquele exercício.

43. É INCORRETO afirmar:
- (A) Os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
 - (B) Os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.
 - (C) A dívida fundada ou consolidada compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária, assim entendidos, dentre outros, os Restos a Pagar, excluídos os serviços do crédito.
 - (D) Os Restos a Pagar constituirão item específico da programação financeira, devendo o seu pagamento efetuar-se dentro do limite de saques fixado.
 - (E) Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

44. Com relação à classificação dos bens adotada pelo Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:
- (A) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
 - (B) Consideram-se bens imóveis, para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - (C) São bens infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
 - (D) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta, bem como os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
 - (E) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público externo.

45. Com relação aos contratos, considere as seguintes assertivas:
- I. É ilícito às partes estipular contratos atípicos.
 - II. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
 - III. Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
 - IV. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, está correto o consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

46. Com relação às pessoas naturais, segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:
- (A) Cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino médio.
 - (B) Os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
 - (C) Em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - (D) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - (E) Se dois indivíduos falecerem na mesma ocasião, ocorrendo a comoriência, presumir-se-á que o mais velho precedeu ao mais novo.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47. Em relação à audiência de instrução e julgamento, nos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) A audiência é una e contínua e deve obrigatoriamente ser concluída num único dia.
 - (B) A audiência pode ser adiada por convenção das partes, o que só será admitido duas vezes.
 - (C) O Juiz deverá obrigatoriamente dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.
 - (D) Incumbe ao advogado provar o impedimento de comparecimento até 24 horas antes da abertura da audiência.
 - (E) Os peritos e assistentes técnicos prestarão os esclarecimentos necessários solicitados pelas partes antes dos depoimentos pessoais e da inquirição de testemunhas.

48. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas. Segundo o Código de Processo Civil, é suspeito
- (A) aquele que é parte na causa.
 - (B) o inimigo capital da parte, ou o seu amigo íntimo.
 - (C) aquele que intervém em nome de uma parte, como o tutor na causa do menor.
 - (D) o advogado, que assista ou tenha assistido as partes.
 - (E) o interdito por demência.

49. Nos exatos termos do que prescreve o Código de Processo Civil, o recurso de apelação, quando cabível, será recebido em seu efeito suspensivo e devolutivo contra sentença que
- (A) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.
 - (B) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
 - (C) julgar procedentes os embargos à execução.
 - (D) decidir o processo cautelar.
 - (E) condenar à prestação de alimentos.

50. No que concerne aos embargos de declaração, nos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) O Juiz julgará os embargos de declaração no prazo de cinco dias. Nos Tribunais, o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subsequente, proferindo voto.
 - (B) Se os embargos de declaração forem manifestamente protelatórios, o juiz ou Tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao Estado multa não excedente a 2% sobre o valor da causa.
 - (C) Os embargos de declaração serão opostos dentro do prazo de dez dias, em petição dirigida ao Juiz ou Relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissivo.
 - (D) Os embargos de declaração estão sujeitos ao preparo e serão opostos em petição dirigida ao juiz ou relator.
 - (E) Os embargos de declaração não interrompem nem suspendem o prazo para interposição de outros recursos.

51. Com relação à modificação da competência, é certo que
- (A) dá-se a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
 - (B) a competência, em razão do valor e do território, não poderá modificar-se pela conexão ou continência.
 - (C) a competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes.
 - (D) a competência em razão do valor e do território é sempre inderrogável por convenção das partes.
 - (E) o juiz da causa principal é também competente para a ação declaratória incidente e as ações de garantia.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

52. É isento de pena o agente que, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, por motivo de
- (A) perturbação da saúde mental.
 - (B) embriaguez culposa, pelo álcool.
 - (C) emoção ou paixão.
 - (D) embriaguez voluntária pela ingestão de substâncias de efeitos análogos ao do álcool.
 - (E) desenvolvimento mental incompleto.

53. A conduta do funcionário público que solicita para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica, em tese, o crime de
- (A) extorsão.
 - (B) corrupção passiva.
 - (C) peculato.
 - (D) prevaricação.
 - (E) exercício arbitrário ou abuso do poder.

54. Com relação ao sujeito ativo e passivo do crime, é correto afirmar que
- (A) a pessoa jurídica, como titular de bens jurídicos protegidos pela lei penal, pode ser sujeito passivo de determinados crimes.
 - (B) sujeito ativo do crime é o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado pela conduta criminosa.
 - (C) sujeito passivo do crime é aquele que pratica a conduta típica descrita na lei, ou seja, o fato típico.
 - (D) o Estado, pessoa jurídica de direito público, não pode ser sujeito passivo de crime, sendo apenas o funcionário público diretamente afetado pela conduta criminosa.
 - (E) o homem pode ser, ao mesmo tempo, sujeito ativo e sujeito passivo de crime, como no caso de autolesão para a prática de fraude contra seguro (art. 171, parágrafo 2º, inc. V, CP).

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. Nos termos da Lei nº 7.960/89, que dispõe sobre a “prisão temporária”, é correto afirmar:
- (A) A prisão temporária, pelas suas características especiais, pode ser executada, ainda que o mandado judicial não tenha sido expedido.
 - (B) Em regra, a prisão temporária será decretada pelo prazo de dez dias, prorrogáveis por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - (C) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo Juiz.
 - (D) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.
 - (E) Em qualquer hipótese, decorrido o prazo da prisão temporária, o preso deverá imediatamente ser posto em liberdade.

56. Considere as seguintes assertivas sobre o *habeas corpus*:
- I. O *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, desde que devidamente representada por advogado, bem como pelo Ministério Público.
 - II. A competência do Juiz cessará sempre que a violência ou coação provier de autoridade judiciária de igual ou superior jurisdição.
 - III. A concessão de *habeas corpus* não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
 - IV. Concedido o *habeas corpus* em virtude de nulidade do processo, este não poderá ser renovado.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I e IV.

NORMAS APLICÁVEIS AO SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

57. Considere as seguintes assertivas a respeito do regime disciplinar dos servidores públicos, de acordo com a Lei nº 8.112/90:
- I. Será aplicada a penalidade de suspensão ao servidor que utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - II. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 e 5 anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - III. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II e III.

58. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, é considerado, especificamente, hipótese de
- (A) reintegração.
 - (B) readaptação.
 - (C) reversão.
 - (D) aproveitamento.
 - (E) recondução.

REGIMENTO INTERNO TRE-SP

59. Ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, compete processar e julgar, dentre outras, originariamente,
- (A) os pedidos de desaforamento dos feitos decididos pelos Juízes Eleitorais, dentro do prazo de trinta (30) dias da sua conclusão para julgamento, desde que formulado por partido concorrente ao pleito.
 - (B) o mandado de segurança em matéria judicial contra seus atos, de seu Vice-Presidente, de seus Membros, do Corregedor, dos Membros das Juntas Eleitorais e dos Membros do Ministério Público Eleitoral de segundo grau.
 - (C) o *habeas corpus* em matéria eleitoral contra ato de autoridades que respondam perante o Tribunal de Justiça por crime comum ou, ainda, o *habeas corpus*, após provida a impetração por Juiz competente.
 - (D) os crimes eleitorais e os comuns que não lhes forem conexos cometidos pelos Juízes Eleitorais, por Promotores Eleitorais, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Prefeitos Municipais e demais autoridades estaduais que respondam perante o Tribunal de Justiça por crime de comum.
 - (E) as ações de impugnação de mandato eletivo estadual e federal, excetuado o cargo de Presidente da República.

60. Considere:
- I. Os Membros do TRE/SP serão licenciados automaticamente e pelo mesmo prazo, em consequência de afastamento na Justiça Comum.
 - II. A licença para tratamento de saúde de Membro do TRE/SP independe de exame ou inspeção quando inferior a trinta dias, bastando atestado médico, a critério do Tribunal.
 - III. Nos casos de vacância do cargo, licença ou afastamento, será obrigatoriamente convocado, por períodos sucessivos de quinze dias, o Juiz substituto, na ordem de merecimento.
 - IV. Os Juízes afastados de suas funções na Justiça Comum por motivo de férias individuais ou coletivas, ainda que estas coincidam com a realização e apuração de eleição, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente.
 - V. Nas ausências ou impedimentos eventuais de Juiz efetivo, somente será convocado Juiz substituto por exigência de *quorum* legal.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e V.

